

PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CRIMINAIS COM ÊNFASE EM SEGURANÇA PÚBLICA

JUSTIFICATIVA

O programa proposto pela Inverta Educacional, em parceria com a UCAM para essa especialização, visa prover o aluno das técnicas, teorias e argumentos necessários a enfrentar os novos paradigmas da Segurança Pública de nossos tempos, qualificando-o, igualmente, para ser um multiplicador do conhecimento adquirido no curso.

As aulas serão expositivas com uso de material visual.

Ao final, o aluno deverá apresentar uma monografia, segundo as normas técnicas da ABNT.

PÚBLICO-ALVO: O curso é voltado a bacharéis em Direito, advogados, professores de Direito e afins.

CARGA-HORÁRIA: 360 horas.

PROCESSO DE AVALIAÇÃO: realização de artigo científico, com avaliação dos professores.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O programa proposto pela coordenação da Cândido Mendes para essa especialização, visa prover o aluno das técnicas, teorias e argumentos necessários a enfrentar os novos paradigmas da Segurança Pública de nossos tempos, qualificando-o, igualmente, para ser um multiplicador do conhecimento adquirido no curso.

As aulas serão expositivas com uso de material visual.

Ao final, o aluno deverá apresentar uma monografia, segundo as normas técnicas da ABNT.

2. Conteúdo programático

2.1. DIREITO PENAL 01. Introdução ao direito penal. Conceito, caracteres e funções. Relações com outros ramos do direito. Direito penal, política criminal e criminologia. Poder punitivo. Teorias legitimadoras e deslegitimadoras da pena. Fundamentos. Princípios do direito penal.

2.2. DIREITO PENAL 02. Lei penal (características, fontes, interpretação, aplicação no tempo e no espaço e com relação às pessoas). Teoria geral do delito (percurso histórico – *modelo clássico ao pós-finalismo* – e elementos constitutivos). Categorias fundamentais: ação; tipo; ilicitude; culpabilidade. Erro e *iter criminis*. Concurso de pessoas e de normas.

2.3. DIREITO PENAL 03. Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a dignidade sexual. Crimes contra a Administração Pública.

2.4. CRIMINOLOGIA 01. Fundamentos, método, objetos de estudo. Percurso histórico. Da inquisição ao positivismo científico.

2.5. CRIMINOLOGIA 02. Giro sociológico da criminologia. Sociologia criminal nos EUA e na Europa. Escola de Chicago. Subculturas criminais. Teoria do etiquetamento. Discursos político-criminais: abolicionismo, minimalismo, lei e ordem, outros. Criminologia crítica. Novos objetos da criminologia. Tópicos especiais: vitimologia; modelos teóricos de prevenção e de reação. 2

2.6. DIREITO PROCESSUAL PENAL 01. Sistemas processuais penais. Percurso histórico. Fundamentação política, sociológica e filosófica. Princípios do processo penal. Garantias constitucionais. Processo penal e poder punitivo.

2.7. DIREITO PROCESSUAL PENAL 02. Lei processual penal. Inquérito policial. Ação penal. Jurisdição e competência. Prisão, liberdade e medidas cautelares. Atos de comunicação processual penal.

2.8. DIREITO PROCESSUAL PENAL 03. Sujeitos processuais. Teoria geral da prova e provas em espécie. Recursos, procedimento e revisão criminal. Sentença e coisa julgada.

2.9. LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE. Lavagem de capitais (Lei 9.613/98); Armas (Lei 10.826/03); Hediondos (Lei 8.072/90); Drogas (Lei 11.343/06); Violência doméstica contra mulher (Lei 11.340/06); Organização criminosa (Lei 12.850/13); Delegado de Polícia (Lei 12.830/13); Tortura (Lei 9.455/97); Interceptação telefônica (Lei 9.296/96); Abuso de autoridade (Lei 13.869/19); Juizados especiais criminais (Lei 9.099/95); Crimes contra a ordem tributária (Lei 8.037/90); ECA (Lei 8.069/90); Execução Penal (Lei 7.210/84); Sistema Financeiro Nacional (Lei 7.492/86); Racismo (Lei 7.716/89); Pacote Anticrime (Lei 13.964/19).

2.10. DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO. Finanças públicas na CF88. Orçamento: conceito e espécies, natureza jurídica, princípios orçamentários. Normas gerais de direito financeiro. Fiscalização e controle interno e externo dos orçamentos. Despesa pública. Receita pública. Conceito, ingressos e receitas. Classificação: receitas originárias e receitas derivadas. Dívida ativa da União de natureza tributária e não tributária; crédito público; dívida pública. Sistema Tributário Nacional. Limitações constitucionais ao poder de tributar. Repartição de competências na federação brasileira. Obrigação principal e acessória: fato gerador; sujeitos ativo e passivo; capacidade tributária; domicílio tributário; responsabilidade tributária; solidariedade tributária; responsabilidade dos sucessores; responsabilidade por infrações. Crédito tributário. Constituição; lançamento; modalidades; suspensão. Compensação, restituição, transação, remissão, prescrição e decadência. Conversão de depósito em renda. Consignação em pagamento. Decisão administrativa irreformável e decisão judicial passada em julgado. Restituição do tributo transferido; restituição de juros e multas; correção monetária. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Competência tributária. Não exercício da competência. Competência residual e extraordinária. Limitações da competência. Imunidade, isenção e não incidência. Tributos em espécie.

2.11. DIREITO ADMINISTRATIVO 01. Fundamentos. Nascimento e percurso histórico. Principiologia. Organização da Administração Pública. Desconcentração e descentralização. Órgãos e entidades (teoria geral e em espécies). Atos, poderes e bens públicos.

2.12. DIREITO ADMINISTRATIVO 02. Agentes públicos. Contratos e licitações. Responsabilidade civil do Estado. Concessões, autorizações e permissões. Serviços públicos. Processo administrativo. Intervenção do Estado no domínio econômico e na propriedade privada. Convênios e consórcios. Controle da Administração Pública. Improbidade administrativa.

2.13. MEDICINA LEGAL. Traumatologia forense. Tanatologia forense. Sexologia forense. Toxicologia forense. Relações da medicina legal com o processo penal (peritos; cadeia de custódia; documentos; tópicos correlatos).

2.14. DIREITO CONSTITUCIONAL. Teoria geral da Constituição e do constitucionalismo. Percurso histórico. Classificações das Constituições. Perspectivas sociológica, política, jurídica e outras. Poder Constituinte. Interpretação e hermenêutica constitucionais: percurso histórico, métodos, princípios. Constitucionalismo clássico, moderno e *neoconstitucionalismos*. Direitos fundamentais: teoria geral e direitos fundamentais em espécie. Direitos individuais; direitos sociais, econômicos e culturais; direitos políticos. Controle de constitucionalidade: percurso histórico, elementos, fundamentação jurídica e política, requisitos, modalidades, competências, efeitos das decisões. Poder legislativo: processo 3

legislativo, estatuto parlamentar, controle legislativo da Administração, atividades típicas e atípicas do Poder Legislativo. Poder Judiciário e Poder Executivo. Relações entre Poderes. Defesa do Estado e das instituições democráticas. Teoria geral da formação do Estado, federação e confederação, federalismo cooperativo, distribuição de competências constitucionais e autonomia dos entes federados. A segurança pública na Constituição.

2.15. DIREITO CIVIL. LINDB. pessoa natural, pessoa jurídica, personalidade, domicílio, residência, bens, diferentes cargos de bens, fatos jurídicos, prescrição e decadência, negócios jurídicos. Fato jurídico, ato jurídico, negócio jurídico, prescrição e decadência. Posse. Classificação, aquisição, efeitos e perda. Propriedade: aquisição e perda da propriedade, direito real sobre coisa alheia. Teoria geral das obrigações e dos contratos. Responsabilidade civil. Tópicos em direito de família e sucessório.

2.16. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. Seguridade social. Saúde, assistência social e previdência social. Financiamento da seguridade social. Regime geral de Previdência Social. Planos, segurados, manutenção e perda da qualidade, dependentes, regramento constitucional e legal geral aplicável aos benefícios. Benefícios em espécie. Decadência e prescrição. Lei 8.212/91 e 8.213/91. Contribuições previdenciárias.

2.17. DIREITO EMPRESARIAL. Direito comercial. Origem; evolução histórica; autonomia; fontes; características. Empresário: caracterização; inscrição; capacidade; teoria da empresa e seus perfis. Teoria geral dos títulos de créditos. Títulos de créditos: letra de câmbio; cheque; nota promissória; duplicata. Aceite; aval; endosso; protesto; prescrição. Ações cambiais. Espécies de empresa. Responsabilidade dos sócios. Distribuição de lucros. Sócio oculto. Segredo comercial. Teoria geral do direito societário. Conceito de sociedade; personalização da sociedade. Classificação das sociedades: sociedades não personificadas; sociedades personificadas; sociedade simples; sociedade em nome coletivo; sociedade em comandita simples; sociedade em comandita por ações; sociedade cooperativa; sociedades coligadas. Liquidação; transformação; incorporação; fusão; cisão; sociedades dependentes de autorização. Sociedade limitada; sociedade anônima. Estabelecimento empresarial. Recuperação judicial; recuperação extrajudicial; falência do empresário e da sociedade empresária.

2.18. DIREITOS HUMANOS / INTERNACIONAL. Teoria Geral dos Direitos Humanos. O processo histórico de construção e afirmação dos Direitos Humanos. A estrutura normativa do sistema global e do sistema interamericano de proteção dos Direitos Humanos. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e os Tratados Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos. Democracia, cidadania e Direitos Humanos. Direitos Humanos, minorias e grupos vulneráveis: mulheres, idosos, crianças e adolescentes, povos indígenas e comunidades tradicionais, pessoa com deficiência, LGBTQIA+, refugiados. Política Nacional de Direitos Humanos. Educação e cultura em Direitos humanos Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Segurança pública e Direitos Humanos. Tratados em espécie.

2.19. DIREITO AMBIENTAL. Tutela constitucional do meio ambiente. Princípios constitucionais ambientais. Patrimônio ambiental natural. Licenciamento ambiental. Instrumentos processuais da tutela ambiental. Sistema Nacional do Meio Ambiente. Lei 9.655/98.

PROFESSORES:

Rodrigo Barcellos. Mestre e doutorando em direito penal pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pós-graduando em direito penal e criminologia pelo Instituto de Criminologia e Política Criminal. Professor dos programas de pós-graduação do Instituto New Law, do Enfase Instituto Jurídico, do Grupo UNIFTEC, da UNESA e do Instituto Vianna Jr. Tradutor brasileiro de Eugenio Raúl 4

Zaffaroni (Editora Tirant lo Blanch). Autor (Editora Dialética; Editora JusPodivm). Nomeado Delegado de Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, 1º colocado/edital 01.2018.

Bruno Gilaberte. Mestre em direito pela UNESA. Autor (Editora Freitas Bastos). Professor da UNESA e de diversos programas de pós-graduação. Presidente da banca examinadora de direito penal do concurso para ingresso na carreira de Delegado de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro. Delegado de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.

Bernardo Dumont. Mestrando em direito pela Universidade de Girona/Espanha. Pós-graduado em direito. Professor visitante do Enfase Instituto Jurídico. Promotor de Justiça do Estado de Minas Gerais

Thiianne Moraes. Mestranda em direito. Especialista em direito público. Coordenadora da área de segurança pública da Folha Dirigida. Autora. Delegada de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.

Edson Amaral. Mestre em direito penal pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Especialista em direito pela Universidade Federal Fluminense. Presidente da Comissão de Segurança Pública da OAB/VR. Autor (Editora Dialética) e criminólogo. Advogado criminalista.

Artur Vieira. Mestre em direito pela Universidade Católica de Petrópolis. Especialista em direito público e em direito processual penal e direito penal. Professor de diversos programas de pós-graduação. Ex-Delegado de Polícia Civil do Estado da Bahia.

Samuel Neri. Mestrando em direito pela UNESA. Professor de diversos programas de pós-graduação e cursos preparatórios. Professor da UNESA. Especialista. Delegado de Polícia Civil do Estado de Minas Gerais.